

Operação Limpeza

Será o Jarbas Passarinho o verdadeiro Simão Bacamarte, perguntou o professor Wanderley Guilherme, referindo-se ao personagem de Machado de Assis que trancafiou no asilo de loucos toda a população da cidade e, por fim, internou-se também.

Pensando bem, a pergunta do nosso mais surpreendente politólogo, especialista em olhar a realidade brasileira por ângulos que são só dele, antes que se revelem tão óbvios que passam a ser de todos, não é despropositada. Ganha peso com o envolvimento do ex-presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), numa troca de cheques com o deputado Genebaldo Correia (PMDB-BA), líder de seu partido e estrela intelectual da Anãolândia.

Ibsen tem a reputação de ser um político honrado, reputação que se soma ao prestígio da vida partidária do seu estado, um dos poucos onde é ela levada a sério desde a proclamação da República. Em consequência, as suas explicações têm de ser mais convincentes que as de quaisquer outros. Delas não se pode ele eximir, alegando amnésia ou o fato de os cheques datarem de uma época anterior ao período que está sendo investigado.

Nas pejejas gaúchas, os chimangos e os maragatos — polarização que até hoje persiste — podem até disputar o poder a tiros. Raríssimos são os que o fizeram a golpes de milhões. Borges de Medeiros, que governou o estado 26 anos, até consentir em deixar o poder em virtude do Pacto de Pedras Altas, morreu pobre, como pobres morreram o seu antecessor, Júlio de Castilhos, e o seu sucessor, Getúlio Vargas. O general Flores da Cunha, muitas vezes deputado, governador poderoso, vivia no Rio em um apartamento tão austero que a sua modestia espantou Otto Lara Resende, quando o foi entrevistar. Explicou por que findava a vida tão pobre:

— Menino, tive dois males na vida. Sempre acreditei em cavalos lerdos e em mulheres ligeiras.

Era esse o padrão dos gaúchos: arcavam com os seus erros por conta própria, preferindo cair na mão de agiotas a desviar um tostão dos cofres públicos. Terá Ibsen Pinheiro quebrado essa tradição? E, se o fez, significa isso uma irremediável condenação a todo o Congresso, onde não sobreviveria um único homem de bem?

Roberto Magalhães, relator da CPI do Orçamento, está irritadíssimo com o vazamento de informações não confirma-

das à imprensa. Acha que a ânsia de alguns colegas de se promoverem junto aos repórteres não só pode expor a injustiças a reputação de colegas como, sobretudo, pode atrapalhar as investigações e facilitar a defesa dos culpados. No entanto, acha que os trabalhos da CPI não só estão resgatando um pouco o prestígio da instituição como abrem a possibilidade de se atacar a corrupção pela raiz.

— Temos de aproveitar esse clima de purga para proibir a transferência voluntária de recursos da União para os estados e municípios — diz ele. — Não há razão nenhuma para deputados e senadores fazerem caridade com o dinheiro dos impostos federais. Quem quiser fazer caridade, que gaste do seu próprio bolso. Deixando essa janela aberta como está, nada garante que não se repita no futuro o que aconteceu com o orçamento do ano passado, quando dois deputados do Estado do Rio doaram às suas próprias instituições mais dinheiro que a soma de todas as verbas destinadas ao estado de Pernambuco. No mínimo, se não significar corrupção, esse sistema promove o desperdício de recursos de um Governo federal que não tem sequer como pagar as suas contas com os hospitais.

A idéia de estender a Operação Limpeza ao processo de elaboração do orçamento, fechando algumas das possibilidades de roubo e desperdício, encontra eco em membros de todas as bancadas. A maioria dos deputados não participa da pilantropia dos Sete Anões nem tem acesso aos tecnocratas que, nos ministérios, decidem as prioridades para o gasto dos recursos fiscais. Não tem, portanto, razões para proteger os manipuladores de verbas e, muito menos, para com eles se deixar confundir.

Muita lama ainda vai correr por debaixo da ponte. Talvez tenhamos outras surpresas e decepções. Certamente haverão de ser levantadas conexões entre os parlamentares corruptos e funcionários do Executivo. Fala-se, nos bastidores, de investigações envolvendo pessoas do próprio Tribunal de Contas da União (TCU). Mas se, no fim desse processo doloroso, conseguirem livrar o Congresso de muitos ladrões, puni-los com cadeia e seqüestro de bens, e vedar algumas das válvulas de escape do dinheiro da Nação, o sacrifício não terá sido inútil.

Jarbas Passarinho pode ter muitas personalidades. A de Simão Bacamarte não me parece ser uma delas. Amém.